



Documento de trabalho
Centralizando o Cuidado no Financiamento Climático:
Um Plano Feminista para a Adaptação, Resiliência e Justiça Climática



Sumário

Resumo Executivo	3
Introdução — O elo perdido entre o cuidado e o financiamento climático	5
O argumento a favor do cuidado como infraestrutura climática fundamental.....	5
II. Arquitetura do financiamento climático: onde está o cuidado?	6
Fundos climáticos globais: caminhos emergentes e lacunas persistentes.....	6
II.1 Reconfigurando o Fundo Verde para o Clima (GCF) para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado	11
II.2 Reconfigurando o Fundo de Adaptação (AF) para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado	14
II.3 Estruturando o Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD) para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado	19
III. Superando a divisão: incorporando o cuidado aos mandatos institucionais — rumo a um marco de políticas unificado	23
IV. Conclusão: cuidado e financiamento climático — das margens ao centro	27
Referências	29

Centralizando o Cuidado no Financiamento Climático: Um Plano Feminista para a Adaptação, Resiliência e Justiça Climática

Resumo Executivo

Este relatório defende que os sistemas de cuidado — que incluem o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, as infraestruturas de cuidado e as redes comunitárias de cura — são essenciais para a resiliência e a adaptação climáticas e a justiça climática. Com base em modelos econômicos feministas, o texto posiciona o cuidado como um pilar central de qualquer agenda de financiamento climático justa, eficaz e resiliente (Climate and Care Initiative 2024a). No entanto, os mecanismos convencionais de financiamento climático, em grande medida, não reconhecem nem financiam explicitamente o cuidado.

Este documento apresenta caminhos concretos para integrar o cuidado à arquitetura do financiamento climático. Ele propõe um arcabouço de políticas centrado no cuidado e recomenda reformas no Fundo de Adaptação (AF), no Fundo Verde para o Clima (GCF) e no Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD). Ao priorizar o cuidado, o financiamento climático pode se voltar para infraestruturas sociais que não apenas mitigam danos, mas que também constroem bem-estar coletivo, igualdade de gênero e dignidade em meio às crescentes crises climáticas.

Mensagens-chave: os três pilares do financiamento climático centrado no cuidado

1. O cuidado é uma infraestrutura climática

Os sistemas sociais de cuidado — incluindo saúde, educação e prestação de cuidados — são fundamentais para a resiliência, mas continuam subfinanciados e subvalorizados. Reconhecer e financiar os sistemas de cuidado como parte essencial da resiliência climática é primordial. As instituições de financiamento climático devem reorientar as prioridades de recursos financeiros e as estruturas de governança para reconhecer o trabalho de cuidado — tanto o remunerado quanto o não remunerado — como infraestrutura essencial para adaptação, mitigação, recuperação e justiça climática (AIIB & UN Women, 2025; Climate and Care Initiative, 2024a and Collins et al., 2021).

2. Lógica reparadora — o financiamento reparador exige cuidado

Combater injustiças históricas e redistribuir recursos para as comunidades na linha de frente exigem uma abordagem reparadora no que tange ao financiamento climático. O FRLD deve priorizar a recuperação baseada no cuidado, incluindo as dimensões de **perdas e danos não econômicos**, como saúde mental, continuidade cultural e coesão social. Nesse arcabouço, *o próprio cuidado* deve ser reconhecido tanto como uma **métrica de perda** — revelando a erosão do bem-estar social, emocional e cultural — quanto como um **modo de reparação**, orientando a cura, a reconstrução e a resiliência da comunidade (Climate and Care Initiative, 2024a/b; AIIB & UN Women, 2025). No discurso do FRLD, perdas não econômicas — que vão desde o patrimônio cultural ao bem-estar psicossocial — são cada vez mais reconhecidas como essenciais para uma justiça climática abrangente. Uma abordagem centrada no cuidado

operacionaliza essas dimensões por meio de processos de recuperação reparatórios, conduzidos pelas comunidades.

3. Governança inclusiva —criando em parceria um financiamento justo

A reforma da governança é urgente. As estratégias de financiamento devem ser criadas em parceria com os mais afetados, especialmente os provedores de cuidados. As instituições de financiamento climático precisam de estruturas de governança inclusivas que amplifiquem as vozes de mulheres, afrodescendentes, povos indígenas e de outros cuidadores historicamente marginalizados. A governança inclusiva garante que as prioridades de cuidado orientem o planejamento, a alocação de recursos e o monitoramento do financiamento, incorporando a justiça no centro do financiamento climático (AIIB & UN Women, 2025; Climate and Care Initiative, 2024a/b).

Mensagem central

Priorizar o cuidado é uma necessidade material e ética para alcançar a justiça climática. Incorporar o cuidado ao financiamento climático não é um gesto simbólico: trata-se de transformar a retórica em realidade redistributiva e de garantir que a resiliência climática esteja fundamentada na equidade, na dignidade e na responsabilidade compartilhada.

Chamado à ação na COP30

O resultado da 30ª Conferência das Partes (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), deve incorporar explicitamente o cuidado nos marcos globais de financiamento climático e nas políticas operacionais. Essa mudança incentivará as instituições de financiamento climático, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB), bancos nacionais de desenvolvimento, mecanismos de financiamento bilaterais e financiadores privados, a se afastarem de modelos extrativistas e avançarem rumo a estratégias regenerativas, lideradas pelas comunidades e ancoradas na ética do cuidado.

Introdução: o elo perdido entre cuidado e financiamento climático

As mudanças climáticas não são apenas uma crise ecológica e de desenvolvimento, mas também uma crise do cuidado. O aumento das temperaturas, os eventos climáticos extremos, a insegurança alimentar e hídrica e os deslocamentos forçados intensificam as demandas sobre cuidadores e redes comunitárias de cuidado — particularmente mulheres, povos indígenas, afrodescendentes e cuidadores informais. Essas pressões são agravadas por divisões de trabalho marcadas por gênero, desigualdades sociais e pelo subinvestimento crônico em infraestrutura de cuidado.

Embora os mecanismos globais de financiamento climático mobilizem bilhões de dólares para mitigação e adaptação, eles negligenciam em grande parte a economia do cuidado como um espaço estratégico de investimento em resiliência. O trabalho de cuidado permanece invisível: não é classificado como adaptação, nem valorizado como um serviço climático. Este relatório argumenta que tal omissão constitui um fracasso nas políticas públicas e de desenho institucional, e que redirecionar o financiamento climático para apoiar os sistemas de cuidado pode abrir caminho para um futuro mais justo, sensível às questões de gênero e resiliente.

O argumento em favor do cuidado como infraestrutura climática fundamental

Economistas feministas defendem há muito tempo que a economia do cuidado — que engloba tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado — constitui a infraestrutura fundamental de qualquer sociedade sustentável (AIIB & UN Women, 2025). Ela sustenta a saúde, a educação, a produtividade e o bem-estar coletivo. Nos debates acadêmicos e de políticas públicas, o termo *infraestrutura de cuidado* se refere a provisões institucionalizadas, como creches, serviços de cuidado a idosos, serviços domiciliares e comunitários e condições de trabalho justas para os cuidadores (Collins et al., 2021; Levy & Palley, 2021; Lind, 2021).

As alterações climáticas, ao intensificarem desastres, riscos para a saúde e deslocamentos populacionais, aumentam exponencialmente a procura por cuidado, ao mesmo tempo que degradam as condições necessárias para a sua provisão (Climate and Care Initiative, 2024). Reconhecer o cuidado como infraestrutura climática crítica exige ampliar as concepções de adaptação para além do aspecto técnico, incorporando a reprodução social e o bem-estar comunitário (Fraser, 2016). O trabalho de cuidado não remunerado — realizado predominantemente por mulheres — funciona, atualmente, como uma forma invisível de adaptação climática, estabilizando famílias e economias durante crises. Ainda assim, esse trabalho permanece desprotegido, não remunerado e ausente do processo de elaboração de políticas climáticas.

Abordagens mais refinadas sobre infraestrutura climática distinguem a infraestrutura física (estradas, tubulações, redes energéticas) da infraestrutura social ou imaterial (Peters, 2015), como escolas e hospitais, que “*promovem a saúde, a educação e os padrões culturais da população*”. (Fourie, 2006, p. 531). No entanto, acadêmicas feministas argumentam que os conceitos de infraestrutura que desconsideram o trabalho de cuidado, marcado por gênero, permanecem incompletos (Hall, 2020; Strauss, 2020). Meng e Laughlin (2024) identificam seis componentes da infraestrutura de cuidado, quais sejam: infraestrutura física, sistemas de conhecimento, redes comunitárias, marcos nacionais, financiamento

público e serviços de proteção social e de cuidado.

Em um mundo marcado pelo estresse climático, esses componentes do cuidado devem ser reconhecidos como críticos para o investimento. Choques induzidos pelo clima — incluindo secas, enchentes, migrações e doenças — aumentam a necessidade de cuidado, enquanto reduzem a capacidade de provê-lo. Por outro lado, investimentos diretos e indiretos em cuidado — por exemplo, em água, energia, saúde e cuidado infantil — reduzem vulnerabilidades e ampliam a capacidade de adaptação. Assim, a economia do cuidado sustenta a resiliência física, social e emocional.

Investir em cuidado é investir em adaptação, mitigação e recuperação justa.

Além disso, a infraestrutura de cuidado — na forma de creches, sistemas de saúde e empregos dignos no setor de cuidado remunerado — atua como um multiplicador da resiliência climática: libera tempo para a participação comunitária, fortalece a segurança humana e reduz as desigualdades de gênero intensificadas por desastres.

Apesar dessa convergência entre cuidado, adaptação, redução de perdas e danos e objetivos de transição justa, os fundos climáticos existentes raramente incluem financiamento explícito para cuidado. Essa lacuna decorre, em parte, da ausência de modelos e indicadores sensíveis ao cuidado nos marcos de financiamento climático, como avaliações de vulnerabilidade, Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) e Planos Nacionais de Adaptação (NAP). Ela também reflete um viés estrutural mais profundo: por gerações, mulheres e comunidades têm realizado o trabalho de cuidado não remunerado e invisível que, na prática, subsidia a adaptação e a resiliência climáticas — sem reconhecimento, sem compensação nem inclusão nos mecanismos de financiamento.

II. Arquitetura do financiamento climático: onde está o cuidado?

Esta seção fornece um breve resumo das principais instituições multilaterais de financiamento climático: o Fundo de Adaptação (AF), o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD). Ela analisa criticamente como os marcos de governança desses fundos incluem (ou omitem) prioridades relacionadas com o cuidado e as barreiras enfrentadas por provedores de cuidado — especialmente mulheres e comunidades afrodescendentes — no acesso e na estruturação desses mecanismos de financiamento.

Fundos climáticos globais: caminhos emergentes e lacunas persistentes

Nos termos do Artigo 11 da UNFCCC, foi estabelecido um marco para a criação de fundos climáticos destinados a canalizar recursos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento destinados a ações climáticas. Os principais são o Fundo de Adaptação (AF), o Fundo Verde para o Clima (GCF) e, mais recentemente, o emergente Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD).

Para além do marco da UNFCCC, em matéria de financiamento climático, a cooperação internacional também ocorre por meio de um ecossistema mais amplo de atores, incluindo o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), os Fundos de Investimento Climático (CIF), bancos multilaterais de desenvolvimento

(MDB), como o Banco Mundial, o AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento), o ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento), o BEI (Banco Europeu de Investimento) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além de uma série de financiadores bilaterais (por exemplo, Austrália, Canadá, União Europeia, Japão e Reino Unido). Da mesma forma, fundações filantrópicas e privadas se tornaram parceiras influentes, mobilizando doações e financiamento catalisador para iniciativas de adaptação, resiliência e transição justa — exemplos incluem a Aliança Global de Energia para as Pessoas e o Planeta (GEAPP), da Fundação Rockefeller, e as redes colaborativas da Fundação ClimateWorks. Esses atores complementam cada vez mais os mecanismos intergovernamentais, moldando uma arquitetura híbrida de cooperação internacional em financiamento climático.

Apesar de sua importância, essas instituições operam por meio de estruturas de tomada de decisões altamente técnicas e hierárquicas, que raramente levam em conta o trabalho de cuidado marcado por gênero e raça (AIIB & UN Women, 2025). As janelas de financiamento tendem a privilegiar a infraestrutura física, a redução de emissões e as métricas de resiliência em larga escala, deixando pouco espaço para os sistemas sociais — especialmente os sistemas de cuidado — que tornam a resiliência possível.

Essa negligência é mensurável: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estima que apenas 4% do financiamento para adaptação se destina a serviços de saúde e apenas 2% apoiam a educação.

A adaptação é social: fortalecer a capacidade adaptativa significa fortalecer o cuidado

A adaptação não é apenas técnica; ela é social. Fortalecer a capacidade de cuidado é fortalecer a capacidade adaptativa. A modalidade de Acesso Direto Aprimorado (EDA) do Fundo de Adaptação (AF) — voltada à adaptação liderada localmente — oferece pontos de entrada para a integração do cuidado, embora o cuidado ainda não seja enquadrado como infraestrutura central de adaptação. Essa modalidade pode viabilizar projetos que integrem cuidado a idosos, cuidado infantil e recuperação psicossocial em comunidades vulneráveis ao clima.

O trabalho de cuidado constitui adaptação na linha de frente: agentes comunitários de saúde gerenciam o estresse térmico, e o cuidado infantil permite que mulheres agricultoras adotem práticas agrícolas inteligentes para o clima. Para melhorar a efetividade dos projetos, o AF deveria reconhecer explicitamente saúde, proteção social e sistemas de cuidado como infraestrutura de resiliência, ampliando sua concepção de adaptação para incluir investimentos como unidades móveis de saúde e cuidado infantil emergencial. Poderia também, de forma razoável, expandir seus setores existentes — saúde, meios de subsistência, redução do risco de desastres e água — para incluir a integração do cuidado, seguindo precedentes estabelecidos pelo GCF e pelo GEF, que já financiaram atividades de cuidado no âmbito da resiliência em saúde ou da adaptação baseada em ecossistemas.

Quantificando o invisível e valorizando o essencial

A Oxfam (2022) constata que o trabalho de cuidado não remunerado supre 76% das lacunas de serviços em períodos pós-desastre, embora permaneça excluído das métricas de adaptação. Investir

em cuidados — cuidado infantil, saúde e empregos remunerados no setor de cuidado — gera um “triplo dividendo”, ao fortalecer a resiliência, promover a equidade de gênero e sustentar meios de subsistência. Evidências empíricas mostram que centros de apoio liderados por indígenas reduziram as taxas de suicídio pós-incêndios em 30% (programa CCHAP do Canadá). No entanto, os fundos climáticos ainda carecem de salvaguardas vinculantes, cotas ou indicadores relacionados ao trabalho não remunerado e aos resultados em cuidado.

Box 1. O cuidado como infraestrutura central de adaptação

Conceito:

Os sistemas de cuidado — que abrangem saúde, educação, proteção social, redes de cuidado e cura comunitária — são componentes fundamentais da capacidade adaptativa. Quando esses sistemas são robustos, as comunidades conseguem se preparar melhor, absorver os impactos e se recuperar de choques climáticos.

Justificativa:

Os marcos tradicionais de adaptação tendem a se concentrar em infraestrutura física e técnica (por exemplo, diques, irrigação, sistemas de alertas precoce). No entanto, esses sistemas não podem funcionar de forma sustentável sem a *infraestrutura social de cuidado* que mantém o bem-estar humano, a coesão e a recuperação. O trabalho de cuidado remunerado e não remunerado das mulheres já sustenta informalmente a adaptação, *subsidiando a resiliência* de forma efetiva sem compensação nem reconhecimento.

Implicações para a formulação das políticas:

- **Integrar o cuidado no planejamento e financiamento da adaptação:** reconhecer o cuidado infantil, o cuidado aos idosos e o cuidado comunitário como investimentos críticos em resiliência.
- **Expandir as métricas:** incluir bem-estar, coesão social e recuperação psicossocial nos indicadores de adaptação.
- **Viabilizar acesso direto:** utilizar modalidades como o Acesso Direto Aprimorado do Fundo de Adaptação para canalizar recursos para adaptações lideradas localmente e que respondam às necessidades de cuidado.
- **Reenquadrar o financiamento da adaptação:** reconhecer a infraestrutura de cuidado como essencial, assim como a infraestrutura física para a resiliência climática de longo prazo.

Fundo Verde para o Clima: gênero reconhecido, cuidado ignorado

O Fundo Verde para o Clima (GCF), a maior fonte de financiamento climático internacional, estabelece a integração de gênero como obrigatória em todas as suas atividades por meio de sua política de gênero (GCF/B.36/07, 2023), contudo não inclui parâmetros explícitos relacionados ao cuidado. De acordo com essa política, projetos como o da Zâmbia (FP072) e a Iniciativa de Resiliência em Saúde da República

Democrática Popular do Laos incorporam elementos de saúde e cuidado comunitário sensíveis à questão de gênero. No entanto, os planos de ação de gênero raramente tornam o trabalho de cuidado não remunerado visível ou canalizam o financiamento diretamente para os sistemas de cuidado. O modelo de Entidade de Acesso Direto (DAE) do Fundo poderia viabilizar a participação de organizações da sociedade civil (OSC) centradas no cuidado, desde que sejam desenvolvidas orientações mais claras e apoio para o fortalecimento de capacidades.

Fundo para Resposta a Perdas e Danos: uma fronteira promissora

O novo FRLD oferece uma oportunidade única de centralizar o cuidado por meio do reconhecimento das perdas não econômicas. Os sistemas de cuidado — enraizados em práticas culturais, relações de parentesco e bem-estar intergeracional — deveriam ser financiados como parte dos processos de recuperação e cura. Um mecanismo específico de recuperação centrado no cuidado poderia enfrentar traumas, interrupções no cuidado e apoio a sobreviventes, ancorando a lógica reparadora do FRLD na resiliência cotidiana.

Superando as divisões: reformas estruturais, de governança e operacionais

Com base nas conclusões do relatório AIIB & UN Women (2025) e da Iniciativa Climate and Care (2024), as reformas do GCF, do AF e do FRLD deveriam promover quatro mudanças estratégicas:

1. Investir na infraestrutura de serviços do cuidado: modernizar e ampliar as instalações que atendem cuidadores e beneficiários.
2. Incorporar o cuidado no projeto de infraestrutura: integrar análises de gênero e de cuidado em investimentos de larga escala em adaptação e mitigação.
3. Apoiar o trabalho decente no setor de cuidado: criar empregos vinculados ao clima que empoderem as mulheres e melhorem os seus meios de subsistência.
4. Financiar a transformação sistêmica do cuidado: estabelecer parcerias com governos para financiar reformas estruturais nos serviços de cuidado e na proteção social.

Essas prioridades estão alinhadas com os processos em andamento no âmbito da UNFCCC, incluindo o Programa de Trabalho Ampliado de Lima sobre Gênero (LWPG) e seu Plano de Ação de Gênero (GAP), e as iniciativas de orçamento participativo para financiamento liderado por comunidades. A COP30, por meio da Agenda de Ação proposta pela Presidência da COP e do Mecanismo de Ação de Belém (BAM) proposto pela sociedade civil¹, deveria orientar todos os mecanismos de financiamento para integrar o cuidado, os serviços de cuidado e a infraestrutura de cuidado aos marcos de adaptação e transição justa. O financiamento — juntamente com o fortalecimento de capacidades e da tecnologia — é um viabilizador e acelerador da ação climática.

Uma taxonomia de reformas aplicável aos diferentes fundos deveria incluir:

- o reenquadramento do cuidado como parte da infraestrutura climática;
- a revisão das políticas de gênero para incluir explicitamente o cuidado;
- a ampliação da elegibilidade para atores do setor de cuidado; e

- o desenvolvimento de indicadores e marcos de resultados capazes de capturar os efeitos do cuidado.

¹ A presidência brasileira pediu que a COP30 seja uma “COP de Implementação”, um “Mutirão Global para a Sustentabilidade”. A Agenda de Ação tem três prioridades estratégicas: 1) Reforçar o multilateralismo e o regime climático no âmbito da UNFCCC; 2) Acelerar a implementação do Acordo de Paris, estimulando ações e mudanças estruturais em instituições competentes; e 3) Conectar a ação climática global à vida real das pessoas. A proposta do BAM foi liderada pela Climate Action Network e pela coalizão Women and Gender Constituency da UNFCCC como um mecanismo para incorporar a equidade e a justiça social na discussão sobre a transição justa.

II.1 Reconfigurando o Fundo Verde para o Clima para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado

O Fundo Verde para o Clima (GCF), principal mecanismo financeiro da UNFCCC e do Acordo de Paris para mitigação e adaptação, tem o mandato de promover uma *mudança de paradigma* rumo a um desenvolvimento resiliente às mudanças climáticas e de baixo carbono em países em desenvolvimento. Desde a sua criação, o Fundo definiu a igualdade de gênero como um princípio central de sua arquitetura de governança. Embora o GCF faça cada vez mais referência à resiliência dos sistemas de saúde e sociais — por exemplo, ao identificar vínculos entre clima e saúde ou a resiliência dos serviços públicos —, seu portfólio tem historicamente privilegiado infraestrutura física, energia, silvicultura, agricultura e instrumentos financeiros em detrimento da reprodução social (GCF, 2024).

O GCF foi concebido desde o início com um arcabouço de gênero, incluindo uma Política de Gênero e um Plano de Ação de Gênero (GAP) que exigem que todos os executores de projetos incluam avaliações de gênero e planos de ação de gênero em suas propostas de financiamento. No entanto, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado continua a ser tratado como contexto secundário, e não como foco de investimento.

Ao longo das avaliações de gênero do GCF, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado das mulheres é consistentemente citado como uma restrição à participação. Por exemplo, o projeto “Climate Resilient Health and Well-Being for Rural Communities in Southern Malawi” (FP244) identifica as mulheres como principais cuidadoras e observa que a conseqüente falta de tempo limita seu engajamento em atividades de adaptação. Avaliações independentes (Heinrich Böll & Gender Action, 2021) confirmam o diagnóstico: as cargas de cuidado aparecem como explicações para a baixa participação delas, mas raramente impulsionam o financiamento específico. Globalmente, o cuidado não remunerado é reconhecido como uma barreira, e não como um domínio de investimento. (CARE International & Stockholm Environment Institute, 2024).

Principal conclusão: a abordagem do GCF em relação ao cuidado continua sendo instrumental — o Fundo identifica as responsabilidades de cuidado como barreiras à eficiência, e não como motores estruturais da resiliência. Exemplos como o projeto FP072 da Zâmbia e a Iniciativa de Resiliência em Saúde do Laos incluem atenção à saúde sensível à questão de gênero e capacitação de agentes comunitários de saúde. Ainda assim, seus planos de ação de gênero raramente tornam visível o trabalho de cuidado não remunerado, nem canalizam financiamento diretamente para sistemas de cuidado. Ao mesmo tempo, os projetos do GCF investem em água, saneamento e higiene (WASH), saúde pública e sistemas de proteção social que sustentam a economia do cuidado, mas continuam a enquadrar o cuidado primordialmente como um fator de vulnerabilidade, e não como infraestrutura adaptativa.

Um reconhecimento emergente de que a proteção social constitui infraestrutura para a resiliência, e não mera despesa com assistência social, cria uma ponte natural de políticas para o sistemas de cuidado, como o cuidado infantil, cuidado a idosos e apoio à saúde comunitária.

Nos últimos cinco anos, o portfólio financiado pelo GCF pode ser caracterizado como “adjacente ao cuidado”, vale dizer, como financiamento de sistemas públicos que absorvem choques climáticos em

nome dos cuidadores, particularmente mulheres que cuidam de crianças, pessoas idosas ou pessoas com deficiência. Três grupos de projetos nesse período (2020–2025) são especialmente relevantes:

1. Sistemas de saúde resilientes ao clima e prestação de serviços de saúde pública. Exemplo: Projeto FP244 – “Saúde e bem-estar resilientes ao clima para comunidades rurais no sul do Malawi” (aprovado B.40, 2024). O projeto financia a vigilância de doenças com base em informações climáticas, sistemas de alerta precoce e infraestrutura de saúde, água, saneamento e higiene (WASH) na linha de frente, além de treinar profissionais de saúde para gerenciar riscos à saúde relacionados ao clima.

Percurso de cuidados: uma abordagem centrada no cuidado poderia expandir estes programas para incluir alívio de tempo, apoio ao cuidado e recuperação psicossocial, transformando a adaptação de uma resiliência centrada na infraestrutura para uma resiliência centrada nas pessoas.

2. Água, saneamento e confiabilidade nos serviços como forma de aliviar a sobrecarga de tempo para as mulheres. Exemplo: FP008 – “Projeto de Abastecimento de Água Urbana e Gestão de Águas Residuais em Fiji”. O projeto amplia o acesso a serviços confiáveis de água e esgoto, resilientes às mudanças climáticas, na região metropolitana de Suva. A Avaliação de Gênero e o GAP identificam as responsabilidades domésticas das mulheres em relação à água, a segurança, a mobilidade e a sobrecarga de tempo; e o GAP se compromete com o planejamento de serviços com perspectiva de gênero, cronogramas de consulta acessíveis e monitoramento desagregado por sexo.
3. Alerta precoce e proteção social antecipatória.
O GCF segue explorando a proteção social desencadeada pelas mudanças climáticas (como a ampliação de transferências de renda ou de redes de proteção social) como um instrumento de adaptação. Uma revisão de portfólio do GCF-FAO, que abrange 23 projetos, faz referência a transferências de renda como mecanismo distributivo. Em contextos de baixa renda e de choques climáticos, mulheres cuidadoras gerenciam crises em casa e nas comunidades; portanto, transferência emergenciais de renda ou a proteção de ativos constituem financiamento de cuidado em contexto de crise, mesmo quando rotuladas como *proteção de meios de subsistência*.

Em todas as avaliações de gênero, o termo “*cuidado*” (relacionado à economia do cuidado, ao cuidado não remunerado e ao ato de cuidar) aparece principalmente nas avaliações de gênero e nos planos de ação de projetos propostos — por exemplo, o FP244 (Malawi) e o FP008 (Fiji). Como se observa no relatório da Heinrich Böll Stiftung e Gender Action (2021), o cuidado doméstico não remunerado é reconhecido como um limitador da participação das mulheres, mas raramente é financiado como um objetivo em si mesmo. Assim, embora o GCF financie os pilares da “infraestrutura de cuidado da adaptação” — saúde pública, água, proteção social —, ele ainda não financiou explicitamente a força de trabalho do cuidado ou a economia do cuidado.

Eixos de política para escalar o cuidado no âmbito do GCF

Há quatro eixos centrais de política por meio dos quais o GCF pode integrar o cuidado.

1. Reenquadrar o cuidado como infraestrutura de resiliência.
Lacuna atual: os sistemas de cuidado não são definidos de forma consistente como infraestrutura

Comentado [GP1]: to Tracy: A brief addition to explain the following four numbers. you might as well delete it.

central de adaptação ou mitigação.

Caminhos transformadores: o Conselho do GCF deveria atualizar as diretrizes setoriais para definir saúde, cuidado e apoio psicossocial como sistemas críticos para o clima, priorizando propostas que integrem o cuidado como uma estratégia de resiliência.

Precedente: os projetos da Zâmbia e do Laos já demonstram essa abordagem.

A política de gênero poderia ser ampliada mediante a exigência de análise das cargas de cuidado não remunerado e a obrigatoriedade de orçamento sensível ao cuidado.

2. Estabelecer uma janela de coinvestimento em cuidados e resiliência.

Lacuna atual: ausência de um fluxo dedicado de financiamento ou de um instrumento de financiamento misto para os sistemas de cuidado.

Caminhos transformadores: (a) desenvolver, a partir do Mecanismo Clima-Saúde da OMS-PNUD-GCF, o financiamento de propostas que integrem saúde, cuidado e clima; (b) criar um mecanismo de cofinanciamento direcionado à infraestrutura de cuidado e à proteção dos cuidadores.

Modelos de referência: o Programa de Coordenação do Mecanismo de Coinvestimento em Clima e Saúde do GCF e o Processo de Aprovação Simplificado (SAP) do Fundo para atividades de pequena escala e baixo risco.

3. Inovar métricas e o acompanhamento de resultados.

Lacuna atual: ausência de indicadores padronizados para avaliar os resultados do trabalho de cuidado.

Caminho transformador: introduzir indicadores específicos de cuidados (por exemplo, redução da carga de cuidado, capacitação de cuidadores), pesquisas de uso do tempo e monitoramento e avaliação (M&A) participativos liderados por redes de cuidadores.

Precedente: o projeto FP072 da Zâmbia inclui métricas desagregadas por gênero.

4. Alavancar entidades de acesso direto (DAE) para escalar o cuidado comunitário.

Lacuna atual: atores do cuidado continuam sub-representados entre as DAEs.

Caminhos transformadores: (a) fornecer acreditação direcionada e apoio de preparação para OSC lideradas por mulheres e centradas no cuidado; (b) priorizar janelas de financiamento para DAEs voltadas à infraestrutura de cuidado comunitário.

Precedente: algumas entidades de acesso direto já implementam projetos com perspectiva de gênero, porém, poucas se concentram explicitamente no cuidado.

Rumo a uma transição justa no âmbito do GCF

Dentro da mais ampla Estrutura de Transição Justa, o GCF poderia promover o financiamento de empregos na área de cuidado. A orientação nesse sentido deve fazer parte do Mecanismo de Ação de Belém (BAM) proposto.

O mandato e a posição de flexibilidade do Fundo permitem-lhe incubar modelos transformadores em termos de gênero, incluindo:

A formalização de empregos remunerados no setor de cuidado em projetos de energia renovável para compensar as perdas de postos de trabalho no setor de combustíveis fósseis;

Comentado [GP2]: ok “sub-representados”

Comentado [GP3]: Tracy: this word “precedent” is lacking in the original, but I think it is correct here, since it’s the same pattern as in the other 3 topics above.

Comentado [GP4R3]: in case you decide not to use the word “precedent” to start the line, you could leave only:

Algumas entidades de acesso direto já implementam projetos com perspectiva de gênero, porém, poucas se concentram explicitamente no cuidado.

O financiamento da capacitação de cuidadores em setores vulneráveis às alterações climáticas (por exemplo, cuidado a idosos em regiões propensas ao calor); e

A exigência de que os projetos do GCF tratem a criação de empregos no setor de cuidado como um cobenefício em iniciativas de resiliência.

A operacionalização dessas mudanças exige que o GCF:

Atualize o GAP para incluir indicadores mensuráveis da economia do cuidado;

Crie uma janela de financiamento, um mecanismo ou convocação específicos para soluções climáticas voltadas para o cuidado; e

Viabilize propostas de financiamento programático que incluam postos de trabalho no setor de cuidado como cobenefício de adaptação e/ou mitigação.

Por meio dessas reformas, organizações voltadas para os direitos das mulheres e centradas no cuidado poderiam se tornar parceiras implementadoras acreditadas, permitindo que o Fundo avance do mero reconhecimento do cuidado não remunerado para o financiamento dos sistemas que sustentam a resiliência.

II. 2 Reconfigurando o Fundo de Adaptação para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado

O AF financia projetos concretos de adaptação em países em desenvolvimento, particularmente nos mais vulneráveis. Anterior ao GCF, esse Fundo é conhecido por iniciativas locais que variam de pequena a média escala, com forte enraizamento local. A Política de Gênero e o GAP atualizados do AF (2021)², juntamente com a Diretrizes de Gênero para Entidades Implementadoras (2022), exigem: (a) análise da vulnerabilidade climática diferenciada por gênero; (b) igualdade de oportunidades entre mulheres e homens; e (c) acompanhamento dos resultados em termos da agência das mulheres e da capacidade de lidar com a vulnerabilidade diferenciada por gênero (AF Gender Guidance, 2022).

Fundamentalmente, a Política de Gênero do AF exige que as Entidades Implementadoras identifiquem responsabilidades de cuidado e de trabalho doméstico não remunerados que restringem a participação das mulheres, e que concebam intervenções que reduzam essa carga por meio de infraestruturas responsiva ao clima, tecnologias e medidas de proteção social³ (pp. 7–8, 14).

Paralelamente a isso, a Política Ambiental e Social (ESP, atualizado em 2025) vincula gênero à gestão de riscos ambientais e sociais, exigindo que os projetos não apenas evitem danos, mas também proporcionem benefícios sociais a grupos vulneráveis. Na prática, os projetos do AF nos Países Menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares incluem: (a) a garantia do acesso à água próximo às residências, reduzindo, assim, o trabalho não remunerado de transporte de água realizado por mulheres e meninas; (b)

Comentado [GP5]: to the layout designer: please check this break. In this paragraph there is (a), (b) and (c). but due to the notes I could not join them. the (b) explanation is on the next page.

² Aprovada em março de 2021 (Decisão B.37/26; Anexo 4 das Políticas e Diretrizes Operacionais), substitui a política de

2016 para estar em conformidade com o Acordo de Paris e o GAP da UNFCCC; promove a transição de uma abordagem de “não causar danos” para resultados “transformadores” — incentivando explicitamente os projetos a abordarem o trabalho de cuidado, o trabalho não remunerado e as dimensões de proteção social quando estes influenciam a vulnerabilidade climática (AF 2021, pp. 7–8, 14).

³. ‘As responsabilidades relacionadas ao trabalho de cuidado e ao trabalho doméstico não remunerado frequentemente limitam a participação das mulheres em atividades de adaptação. As Entidades Implementadoras devem identificar e, sempre que possível, conceber intervenções que reduzam essa carga por meio de infraestrutura responsiva ao clima, tecnologias e medidas de proteção social.’ ‘A concepção de projetos com perspectiva de gênero pode incluir medidas como a provisão de cuidado infantil, cronogramas de participação flexíveis ou a promoção de tecnologias que reduzam a necessidade de mão de obra.’

o planejamento comunitário de alerta precoce e evacuação direcionado a mulheres cuidadoras, pessoas com deficiência e idosos; e (c) a diversificação dos meios de subsistência e agricultura resiliente às mudanças climáticas, com foco em mulheres como principais provedoras de alimentos.

Cabe observar que esses são investimentos *adjacentes ao cuidado* — reconhecendo que as mulheres são cuidadoras e gestoras de riscos domésticos que necessitam de recursos, mesmo que o cuidado não seja explicitamente mencionado.

Da adaptação adjacente ao cuidado à adaptação centrada no cuidado

O Scorecard de Gênero do AF (ano fiscal de 2024) mede os resultados dos projetos em termos de resiliência e agência das mulheres, e não apenas os números de participação. Esse foco no poder de decisão e na segurança abre espaço para argumentar que o acesso a serviços de saúde confiáveis é, em si, um resultado da adaptação.

Os projetos do AF já integram preparação comunitária para desastres, retrofit de abrigos, ações de extensão em saúde e proteção de renda e ativos para domicílios chefiados por mulheres — todos componentes reconhecidamente de proteção social e de atendimento em situações de crise. No entanto, o Fundo ainda não enquadra de forma consistente os sistemas universais de proteção social ou a infraestrutura pública de cuidado como investimentos essenciais de adaptação. A abordagem dominante continua sendo “direcionar mulheres vulneráveis para que consigam lidar com os impactos”, em vez de “financiar sistemas públicos robustos de cuidado que reduzam estruturalmente a vulnerabilidade”.

Ainda assim, a estrutura do AF — acesso direto, subsídios reduzidos e salvaguardas de gênero e ambientais, e de proteção social — o torna particularmente adequado para introduzir iniciativas focadas em adaptações explicitamente centradas no cuidado, tais como:

Polos comunitários de cuidado resilientes que funcionem ao mesmo tempo como centros de resfriamento, abrigos contra enchentes, espaços de cuidado infantil e pontos de atendimento de idosos; ou

Transferência de renda responsivas a choques e apoio psicossocial a cuidadores no pós-desastre.

Como o AF já dispõe de mecanismos de formulação de políticas (política de gênero, política ambiental e social e o scorecard de gênero), estes poderiam ser ampliados para tratar a infraestrutura de cuidado e o trabalho remunerado de cuidado como resultados mensuráveis de adaptação (Gender Guidance, 2022). No âmbito da estrutura do AF, o trabalho de cuidado não remunerado está deixando de ser apenas um obstáculo diagnóstico para se tornar um critério de planejamento com implicações orçamentárias.

Práticas emergentes: ação antecipatória e proteção social

Projetos recentes do AF evidenciam essa evolução. No Lesoto, uma proposta de 2025 liderada pelo Programa Mundial de Alimentos dedica um componente inteiro ao “fortalecimento da capacidade institucional e dos sistemas para previsão baseada em impactos, ação antecipatória e mecanismos de resposta a choques”, ancorada na Estratégia Nacional de Proteção Social do país (Vision 2025), com o objetivo de “construir a resiliência das famílias da etnia *basotho* e oferecer apoio para fazer frente a choques climáticos”. Por meio de sua Política de Gênero (2021) e de

Comentado [GP6]: “retrofit” used in english in this kind of document

Comentado [GP7]: “scorecard” in english

aprovações recentes de projetos (por exemplo, *Aprimorando a Capacidade Adaptativa de Populações Vulneráveis e em Situação de Insegurança Alimentar*, Fase II, no Lesoto), o AF passou a institucionalizar medidas de proteção social em sua arquitetura de financiamento da adaptação, tratando-as efetivamente como parte da infraestrutura de resiliência.

A Política de Gênero e o GAP atualizados do AF (2021) orientam explicitamente os proponentes de projetos a identificar onde o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado das mulheres limita sua participação em medidas de adaptação — e a incorporar soluções, no projeto financiado, como a provisão de cuidado infantil, cronogramas de participação flexíveis, tecnologias poupadoras de mão de obra ou medidas de proteção social. Isso vai além de diagnosticar o cuidado como uma barreira: autoriza o uso do orçamento para reduzir esse ônus como medida de adaptação.

De modo semelhante, no projeto “Resiliência Climática em Paisagens Andino-amazônicas”, no Peru (2025), as mulheres são reconhecidas como gestoras da linha de frente na segurança alimentar e na resiliência doméstica. O desenho do projeto articula sistemas de alerta precoce e ação antecipatória com diversificação de meios de subsistência, segurança nutricional e redes de proteção social adaptativas, conectando gênero, cuidado e proteção social.

Esses projetos ilustram uma transição de uma adaptação baseada em ativos ou em infraestrutura para sistemas antecipatórios que articulam alerta precoce e proteção social. Na prática, o AF está formalizando a proteção social como infraestrutura de adaptação, criando precedentes para redes de segurança relacionadas ao cuidado — transferências de renda, mecanismos de proteção voltados à segurança alimentar e de apoio psicossocial e ao cuidado — acionadas por dados de alerta precoce.

A integração de métricas de cuidado (uso do tempo, redução do trabalho não remunerado, alcance de serviços) na estrutura de Monitoramento e Avaliação (M&A) do AF tornaria esses investimentos visíveis na contabilidade nacional de adaptação e no rastreamento global do financiamento climático.

Pontos de alavancagem institucional

A arquitetura política do AF já incorpora os instrumentos de governança necessários para uma adaptação centrada no cuidado:

Política de Gênero e GAP (2021) — requer indicadores desagregados por sexo sobre uso do tempo e acesso a recursos e serviços (pp. 17–18).

Política Ambiental e Social (ESP, 2022) — o princípio 5 (“Acesso e equidade”) exige evidências de que os grupos vulneráveis — incluindo os cuidadores — se beneficiem de forma equitativa.

Marco de Resultados da Estratégia de Médio Prazo (2018-2022) — inclui o resultado 2 (“Reforço da capacidade de adaptação de comunidades vulneráveis”), permitindo que os países informem o “percentual de domicílios cobertos por mecanismos de proteção social ou de transferência de risco vinculados a riscos climáticos”.

A incorporação de indicadores de cuidados a este Marco de Resultados consolidaria a transição do AF de uma *participação instrumental* para uma *resiliência transformadora*.

Reconfigurando o Fundo de Adaptação para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado

1. Enquadrar o cuidado como infraestrutura de adaptação

Lacuna atual: o cuidado ainda é visto como uma questão social ou de saúde, e não como um domínio da adaptação.

Caminho transformador: incorporar a linguagem do “cuidado como infraestrutura” nas propostas para justificar o financiamento direto de polos comunitários de cuidado, do cuidado infantil em programas de adaptação e proteção social com perspectiva de gênero. Isso está em consonância com os princípios da ESP do AF sobre direitos humanos e desenvolvimento inclusivo. Alterar as prioridades de investimento para reconhecer explicitamente os sistemas de saúde, de proteção social e de cuidado como infraestrutura de resiliência.

2. Ampliar o Acesso Direto Aprimorado aos atores do cuidado

Lacuna atual: a maioria dos beneficiários do Acesso Direto Aprimorado (EDA) são ministérios do meio ambiente ou ONGs — e não redes de cuidado.

Caminho transformador: ampliar a elegibilidade e oferecer capacitação às OSC voltadas ao cuidado, organizações de mulheres e de sindicatos de profissionais da saúde. Incentivar projetos que integrem cuidados (por exemplo, “polos de cuidado” que combinem energia limpa, acesso à água e capacitação de cuidadores) e incluir especialistas em cuidado nos painéis de revisão técnica do AF.

3. Implementar o projeto-piloto “Janela Cuidado-resiliência” ou chamada temática.

Lacuna atual: inexistência de um fluxo dedicado de financiamento para adaptação relacionada ao cuidado.

Caminho transformador: lançar uma convocação temática priorizando projetos que reduzam as cargas de cuidado não remunerados, apoiem os cuidadores ou fortaleçam a infraestrutura de cuidado. Estabelecer parcerias com os municípios para implementar projetos-piloto de adaptação de base comunitária que integrem o cuidado (por exemplo, abrigos contra o calor dotados de facilidades voltadas ao cuidado infantil, cozinhas comunitárias).

Precedente: pode-se tomar como modelo a inovação anterior do FA, por meio de chamadas para adaptação liderada localmente.

4. Revisar o marco baseado em resultados para incluir indicadores de cuidado

Lacuna atual: os resultados relacionados ao cuidado permanecem invisíveis nos marcos de M&A.

Caminho transformador: adicionar indicadores sensíveis ao cuidado, tais como:

- Redução de horas de trabalho do cuidado não remunerado;
 - Número de cuidadores capacitados ou remunerados;
 - Melhoria dos resultados de resiliência entre domicílios e cuidadores.
- Promover o monitoramento participativo liderado por cuidadores, para fortalecer a responsabilização e o senso de pertencimento.

5. Integrar o cuidado às políticas de equidade social e de gênero

Lacuna atual: a política de gênero reconhece a equidade, mas raramente aborda o trabalho de cuidado não remunerado como uma barreira estrutural.

Caminho transformador: revisar a política de gênero para incluir explicitamente o trabalho de cuidado como uma preocupação de adaptação e como requisito orçamentário.

Papel estratégico do AF

Devido ao seu foco em escala comunitária e às suas modalidades flexíveis, o AF serve como um laboratório de prova de conceito para a adaptação responsiva ao cuidado, servindo de referência para a replicação pelo GCF ou pelo FRLD. Esse aprendizado **interfundos** elevaria o cuidado de uma questão de integração da perspectiva de gênero para uma categoria formal de adaptação, conectando transferências humanitárias em dinheiro, proteção social e financiamento climático.

Comentado [GP8]: "interfundos" ok

II. 3 Estruturando o Fundo de Resposta a Perdas e Danos para apoiar o cuidado e o trabalho de cuidado

O FRLD — operacionalizado na COP28 (dezembro de 2023) — atua no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris. As Partes acordam que o FRLD funcionará operando um mecanismo de governança independente, enquanto o Banco Mundial atuará como anfitrião/fiduciário interino para agilizar a sua implementação (decisão da UNFCCC COP28 / decisão da CMA de 2023). Até o início de 2025, o Fundo havia recebido aproximadamente US\$330 milhões em acordos de contribuição firmados e cerca de US\$218 milhões em recursos efetivamente integralizados, contra US\$700-800 milhões em promessas de pagamento (Axios 2025; atualização do FIF do Banco Mundial, mar. 2025). Essa capitalização limitada torna essencial que as alocações iniciais gerem um impacto visível e centrado nas pessoas.

Reenquadrando perdas e danos a partir de uma perspectiva do cuidado

Perdas e danos não são apenas materiais. Traumas induzidos pelo clima, deslocamentos e a desagregação dos tecidos sociais geram uma carga oculta de cuidado. Um *marco orientado pelo cuidado* para a análise de perdas e danos deve centrar-se nas experiências vividas por aqueles que sustentam o processo de recuperação — mulheres, pessoas idosas, cuidadores afrodescendentes e indígenas (AIIB & UN Women, 2025; Climate and Care Initiative, 2024).

É importante defender que os critérios de elegibilidade do FRLD incluam infraestrutura de cuidados (por exemplo, reconstrução de centros de cuidado infantil, capacitação de cuidadores para a resposta a desastres). O Conselho do Fundo deveria começar a criar marcos e métricas que permitam às entidades documentar e submeter propostas que quantifiquem a carga de cuidado como formas de perda econômica e não econômica, bem como criar espaço para o financiamento do desenvolvimento de programas comunitários de cura, cuidados com idosos e saúde mental em resposta a desastres.

O trabalho da UNFCCC sobre **Perdas Não Econômicas (NEL)** já reconhece a *saúde, o bem-estar psicossocial, a cultura, a identidade e a coesão social* como perdas legítimas (documento técnico do WIM da UNFCCC, 2023). As interrupções no cuidado — exaustão, trauma e perda do cuidado comunitário — enquadram-se perfeitamente neste marco das NEL e podem ser financiadas como reparação da infraestrutura social.

Por que um FRLD centrado no cuidado é importante

As respostas pós-desastre normalmente se concentram na reconstrução de ativos, e não de relações. A recuperação pós-desastre muitas vezes negligencia a infraestrutura de cuidados, perpetuando ciclos de vulnerabilidade. Mulheres e provedores de cuidado são os que mais sofrem com esses impactos. Existe, portanto, a necessidade imperativa de incluir a infraestrutura de cuidado e as redes comunitárias de cuidado como elegíveis para financiamento. Defensores da igualdade de gênero buscam diretrizes sensíveis à questão e gênero que exijam avaliações de impacto sobre o cuidado em propostas de financiamento, bem como mecanismos que priorizem a liberação de recursos para organizações de base lideradas por mulheres que apoiam a recuperação do cuidado. O cuidado é, ao mesmo tempo, uma métrica de perda e um modo de reparação. O financiamento que leva em conta o trabalho de cuidado não remunerado e sub-remunerado também deve ser ampliado consideravelmente após cada desastre, garantindo uma recuperação efetiva. Isso inclui serviços de saúde mental, cozinhas comunitárias, polos de cuidado a idosos e crianças, cuidado espiritual, programas de coesão social e programas de restauração cultural.

Além disso, o cuidado oferece uma bússola ética para o financiamento climático, ancorada na não extração, na cura e na interdependência. Um paradigma de finanças reparatórias reconhece injustiças históricas e redistribui recursos como obrigação, e não como caridade.

Situação da governança e da infraestrutura técnica

Governança. O FRLD reporta-se à COP/CMA; trata-se de um Conselho de transição formado por 26 membros (sendo 14 de países em desenvolvimento e 12 de países desenvolvidos) que foi confirmado em 2024 (comunicado de imprensa da UNFCCC, 2024).

O Mecanismo de Santiago para Perdas e Danos. O SNLD, também operacionalizado, fornece assistência técnica aos países na elaboração de propostas e pode abrigar expertise sensível ao cuidado (recuperação psicossocial, desenho de proteção social).

Lacuna de recursos. Os recursos disponíveis cobrem menos de 1% das necessidades anuais estimadas de perdas e danos, o que evidencia a necessidade de projetos-piloto de alto impacto (OCDE & CPI, 2024).

O Conselho do FRLD pode começar, desde já, a integrar o cuidado e a economia do cuidado em suas políticas e programas, atuando nos cinco eixos delineados a seguir.

Eixos de política para estruturar o FRLD em torno do cuidado

1. Ampliar a definição de perda para incluir interrupções no cuidado

Lacuna atual: as cargas de cuidado não remunerado e o trauma estão ausentes das tipologias oficiais de perdas.

Caminho transformador: incluir explicitamente papéis de cuidado, separação familiar, trauma intergeracional e colapso das redes comunitárias de cuidado como NEL reconhecidas. O marco das NEL da UNFCCC (2023) já lista as perdas sociais e culturais → base legal para essa inclusão. É importante exigir *notas de impacto sobre o cuidado* em todas as propostas de financiamento do FRLD.

2. Financiar redes comunitárias de trauma e cura

Lacuna atual: a recuperação psicossocial e o cuidado comunitário raramente são financiados.

Caminho transformador: direcionar subsídios diretamente para iniciativas de base em saúde mental, cozinhas comunitárias, polos de cuidado para pessoas idosas e crianças, além de clínicas móveis de trauma em períodos pós-desastre. Apoiar redes de cuidado lideradas por mulheres e por comunidades afrodescendentes e indígenas que implementem modelos sensíveis ao trauma e culturalmente enraizados. A OMS (2024) identifica o apoio psicossocial como um cobenefício crítico da adaptação.

3. Estabelecer um “Mecanismo de Recuperação do Cuidado” ou uma Janela Temática

Lacuna atual: ausência de um fluxo de financiamento para promover a resiliência do cuidado ou processos de cura.

Caminho transformador: criar uma Janela de Recuperação do Cuidado com recursos vinculados no âmbito do FRLD para financiar:

Subsídios para cuidadores e cuidado substitutivo;

Capacitação de agentes comunitários de saúde e de cuidado;

Iniciativas de longo prazo para acompanhar o luto e a cura cultural.

Tal mecanismo colocaria em prática o compromisso do FRLD de lidar com perdas não econômicas por meio de reparações centradas nas pessoas.

4. Envolver cuidadores e sobreviventes na governança e no desenho

Lacuna atual: aqueles que realizam o trabalho de cuidado raramente têm voz nas instâncias decisórias.

Caminho transformador: garantir a representação de provedores de cuidado, enfermeiros, profissionais de atendimento a traumas, organizações da sociedade civil que defendem os direitos das mulheres e de pessoas com deficiência em painéis consultivos. Integrar uma etapa de revisão participativa (por meio do cadastro do Mecanismo de Santiago) para avaliar a sensibilidade ao cuidado das propostas. O registro de provedores técnicos do Mecanismo de Santiago (2024) possibilita a organização desse tipo de cadastro.

5. Vincular a restauração do cuidado a reparações culturais

Lacuna atual: o FRLD carece de uma perspectiva sobre justiça do cuidado em termos culturais e intergeracionais.

Caminho transformador: tratar a perda de práticas culturais do cuidado, de métodos tradicionais de cura e de papéis sagrados de parentesco como danos passíveis de reparação. A lista de NEL da UNFCCC reconhece a “perda de cultura e patrimônio” como uma categoria reconhecida. Criar subsídios para a

Reparação Cultural do Cuidado para apoiar rituais comunitários de cura e a revitalização de métodos tradicionais de cuidado.

Alavancas operacionais para a implementação

Elegibilidade e orientações — como o regulamento do FRLD ainda está em processo de elaboração, as orientações iniciais do Conselho podem reconhecer explicitamente a infraestrutura de cuidado (centros de cuidado infantil, espaços seguros, capacitação de cuidadores) como investimentos elegíveis.

Métricas e resultados — o trabalho da UNFCCC sobre as NEL recomenda métodos qualitativos; o FRLD deveria testar de forma pioneira as pesquisas de uso do tempo, índices de sobrecarga de cuidado, escalas de recuperação psicossocial e indicadores de continuidade cultural.

Canais de desembolso — utilizar os mecanismos de pequenos subsídios por meio das Entidades de Acesso Direto (DAE) nacionais ou de governos municipais, com subvenções para organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e por comunidades afrodescendentes e indígenas, para a entrega final ao beneficiário.

Assistência técnica — mobilizar o Mecanismo de Santiago para construir um cadastro de especialistas em Cuidado & NEL (cuidados em trauma, proteção social, patrimônio cultural, cuidado inclusivo de pessoas com deficiência) para apoiar a elaboração e o monitoramento de propostas.

Indicadores ilustrativos sensíveis ao cuidado para resultados do FRLD

Resultado	Indicador possível	Método de medição
Redução da carga de trabalho não remunerada em cuidados de emergência	% de redução na média de horas de cuidado não remunerado 6-18 meses após o evento.	Pesquisas de uso do tempo
Recuperação psicossocial	% de famílias com cuidadores que acessam serviços de saúde mental/serviços de trauma	Pesquisas domiciliares
Infraestrutura de cuidados restaurada	# de centros de cuidado de crianças/idosos reconstruídos ou estabelecidos por 100 000 pessoas afetadas	Mapeamento das instalações
Bem-estar do cuidador	Variação no Índice de Sobrecarga do Cuidador Validado (CSI)	Pesquisa pré/pós

Comentado [GP9]: ok

Continuidade cultural	# de rituais coletivos de cura ou práticas de cuidado tradicionais revividos	Monitoramento e avaliação qualitativos
-----------------------	--	--

Fundamentos de equidade e legitimidade

Considerando a **subcapitalização** atual, cada projeto aprovado deve demonstrar um impacto visível e centrado nas pessoas. Projetos de perdas e danos orientados pelo cuidado geram cobenefícios rápidos (renda, cura e confiança comunitária) e estabelecem um precedente normativo, segundo o qual a recuperação diz respeito à restauração da dignidade e da reprodução social, e não apenas da infraestrutura.

A incorporação do cuidado desde o início irá:

- Tornar as NEL mensuráveis e financiáveis;
- Demonstrar uma abordagem centrada nas pessoas, reforçando a confiança no FRLD; e
- Ancorar uma visão de longo prazo de justiça reparadora e cura no âmbito do financiamento climático.

Comentado [GP10]: "subcapitalização" ok

III. Superando a divisão: incorporando o cuidado aos mandatos institucionais — rumo a um marco de políticas unificado

Há, neste momento, sinergias e eficiências claras ao ancorar o financiamento climático em marcos centrados no cuidado. A integração do cuidado ao financiamento climático pode gerar condições habilitadoras transversais, estruturadas em torno de dois eixos complementares: incidência em políticas públicas e o fortalecimento de capacidades.

Incidência em políticas públicas. Alinhar as diretrizes de financiamento climático com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 13 (Ação Climática); promover a orçamentação participativa, instrumentos de financiamento com perspectiva de gênero e feministas e a coerência das políticas entre os ministérios (clima, gênero, trabalho e saúde).

Fortalecimento de capacidades. Capacitar autoridades nacionais, ONG e instituições financeiras internacionais (IFI) em análises climáticas centradas no cuidado; financiar a coleta de dados locais sobre as cargas de cuidado exacerbadas pelo estresse climático; e institucionalizar a aprendizagem entre pares relacionada aos pontos focais de clima e gênero.

1. Reenquadrar o cuidado como infraestrutura climática

Reconhecer o trabalho de cuidado — remunerado e não remunerado — como infraestrutura essencial para a resiliência. Incluir sistemas de saúde, cuidado na primeira infância e a idosos, serviços de saúde mental e redes comunitárias de cuidado no planejamento e no financiamento da adaptação. Evidências empíricas (AIIB & UN Women, 2025; Climate & Care Initiative, 2024) demonstram que o investimento em cuidado multiplica a capacidade adaptativa e acelera a recuperação.

2. Alocar financiamento dedicado para sistemas de cuidado

Lacuna atual: ausência de janelas de financiamento consistentes para o cuidado.

Caminho transformador: estabelecer linhas orçamentárias dedicadas nos portfólios de adaptação e transição justa; assegurar acesso a grupos de mulheres de base, cooperativas e provedores de cuidado social.

3. Institucionalizar a governança participativa

Reformar a governança dos fundos climáticos para assegurar a representação significativa dos provedores de cuidado e das organizações de mulheres e lideranças indígenas e afrodescendentes. Avançar para além das consultas, visando criar mecanismos de coprojeto e cogovernança, à semelhança das modalidades de Acesso Direto Aprimorado (EDA) e Entidade de Acesso Direto (DAE) no AF e no GCF.

4. Desenvolver métricas e indicadores sensíveis ao cuidado

Integrar indicadores que captem a redução das cargas de cuidado, melhorias na equidade do uso do tempo, bem-estar e na resiliência da comunitária, juntamente com métricas-padrão, tais como redução de emissões ou crescimento do PIB. A ONU Mulheres (2024) e a OCDE (2024) enfatizam que os dados sobre uso do tempo são fundamentais para avaliar a resiliência social.

5. Promover sinergias intersetoriais

Alinhar a arquitetura do financiamento climático com as metas de proteção social universal, educação e acesso à saúde. Coordenar ações entre a ONU Mulheres, o PNUD, a OIT, a OMS e os bancos multilaterais de desenvolvimento, para evitar financiamento setorizado e duplicidade.

6. Promover uma ética de financiamento reparadora

Incorporar justiça, equidade e responsabilidade histórica na governança dos fundos. Priorizar países e comunidades que contribuem menos para as mudanças climáticas, mas que suportam as maiores cargas de cuidado não remunerado. Esse princípio está alinhado com as negociações sobre Perdas e Danos e com os marcos de financiamento climático reparatório (ver Bond, 2023; Ghosh, 2023).

7. Desenvolver capacidades e o intercâmbio de conhecimento

Investir em capacitação, pesquisa e intercâmbio de conhecimento Sul-Sul sobre estratégias centradas no cuidado. Apoiar redes regionais de pares entre entidades nacionais implementadoras (NIE), ministérios do cuidado e institutos de pesquisa feminista para traduzir evidências em políticas públicas.

Rumo a uma arquitetura coerente: financiamento em camadas para o cuidado

Cada fundo principal no ecossistema da UNFCCC já desempenha um papel temporal ou funcional específico:

Horizonte temporal/ Função	Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD)	Fundo de Adaptação (AF)	Fundo Verde para o Clima (GCF)
Resposta imediata	Cuidado em situações de crise, apoio a trauma, cura cultural e psicossocial. <i>(Escopo das NEL)</i>	–	–
Recuperação em curto prazo	–	Reconstrução em escala comunitária, projetos-piloto de proteção social, protótipos de polos de cuidado <i>(Fato)</i>	Investimentos em nível sistêmico (saúde, água, saneamento e higiene (WASH), força de trabalho do cuidado) <i>(Fato)</i>
Infraestrutura e resiliência de longo prazo	–	–	–

Juntos, eles formam um canal de adaptação centrado no cuidado: o FRLD que atua para a resposta imediata ao trauma, o AF para a reconstrução comunitária e o GCF para a transformação estrutural.

Papéis comparativos dos Fundos Climáticos no apoio à economia do cuidado

Componente	Fundo de Adaptação (AF)	Fundo Verde para o Clima (GCF)	Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD)
Enquadramento do cuidado	Cuidado como infraestrutura de adaptação	Saúde e cuidado como sistemas de resiliência	Cuidado como espaço de perdas econômicas e não econômicas
Modalidades de acesso	Acesso Direto Aprimorado (EDA)	Entidades de Acesso Direto (DAE)	Potencial de desenho liderados localmente e por sobreviventes
Instrumentos financeiros	Chamadas temáticas, subsídios para inovação local	Mecanismo de coinvestimento, processo de aprovação simplificado	Mecanismo de recuperação do cuidado (proposta)
Papel da comunidade	Adaptação liderada localmente	Propostas de base comunitária por meio das DAE	Redes de cura na linha de frente
Enfoque de Gênero e Cuidado	Política de gênero passível de revisão para incluir o cuidado	Planos de ação de gênero incorporam dimensões do cuidado	Potencial de planejamento informado por sobrevivente e pelo cuidado

Monitoramento	Possíveis indicadores sensíveis ao cuidado	O M&A de gênero pode incluir dados sobre o cuidado	Exige o acompanhamento de perdas relacionais
---------------	--	--	--

Dimensão	Exemplo de perguntas de desenho
Infraestrutura	Estamos investindo em sistemas de cuidado físico e relacionais (clínicas, cuidado infantil, unidades móveis de cuidado)?
Trabalho	Os cuidadores são reconhecidos e remunerados como atores climáticos?
Governança	As mulheres locais e as redes de cuidado compartilham o desenho e o poder decisório?
Métricas	Os indicadores acompanham o uso do tempo, o bem-estar e os ganhos em resiliência social?
Instrumentos financeiros	Os mecanismos permitem desembolsos flexíveis e propostas integradas de cuidado e clima?

Elementos de desenho recomendados

Linhas orçamentárias dedicadas ao cuidado no contexto de propostas de adaptação.

Indicadores codesenvolvidos para medir o impacto na carga de cuidado não remunerado e no bem-estar.

Ciclos de financiamento flexíveis que reconheçam os prazos relacionais do cuidado.

Parcerias multissetoriais entre os ministérios do clima, da saúde, da igualdade de gênero e do trabalho.

Monitoramento participativo liderado por cuidadores e por comunidades da linha de frente.

IV. Conclusão: Cuidado e financiamento climático — das margens ao centro

À medida que os choques climáticos se intensificam, a questão já não é se podemos nos dar ao luxo de financiar o cuidado, mas se podemos nos dar ao luxo de *não* fazê-lo. O cuidado é o tecido conjuntivo que mantém as sociedades coesas em momentos de ruptura e o alicerce da recuperação coletiva. O financiamento climático que ignora o cuidado não apenas perpetua desigualdades, como também **negligencia** um dos investimentos mais estratégicos em resiliência.

Este relatório argumentou que o cuidado não é periférico à resiliência climática; ele é *central*. Com base em análises fundamentais e em evidências empíricas emergentes, este argumento é claro. Small e van der Meulen Rodgers (2023) demonstram que “o trabalho de cuidado não remunerado limita o empoderamento das mulheres, enquanto uma infraestrutura de cuidado acessível e bem desenhada amplia

Comentado [GP11]: “negligencia” ok

a participação das mulheres no mercado de trabalho e sua segurança econômica". Da mesma forma, Robyn Oates, da ONU Mulheres, enfatiza que *"a infraestrutura do cuidado, embora frequentemente negligenciada ou ignorada, traz benefícios econômicos e sociais de amplo alcance. Ela fortalece o tempo e amplia oportunidades para que as mulheres consigam trabalho digno e remunerado, tenham acesso à educação e bem-estar. Ademais, gera empregos de qualidade e, ao mesmo tempo, aumenta a renda e a arrecadação tributária"*. (AIIB & UN Women, 2025).

Ao incorporar o cuidado à arquitetura do financiamento climático — por meio de reformas de governança, investimentos direcionados e princípios reparatórios — lançamos as bases para uma transformação profunda. Passamos de um paradigma de extração e austeridade para outro de regeneração e reparação.

A COP30 oferece uma plataforma decisiva para alavancar essa visão. Trata-se de um momento para ampliar a própria definição de infraestrutura, expandir a representatividade de quem tem voz nos processos decisórios e realocar recursos de modo a sustentar genuinamente a justiça climática.

A escolha que temos pela frente não se limita à descarbonização ou à adaptação. Trata-se de evitar a má adaptação, ao mesmo tempo em que se salvaguarda a dignidade; trata-se não apenas de adaptação, mas de pertencimento; não se trata meramente de resiliência, mas de se estabelecer e sustentar relações.

Em suma: há que financiar um futuro em que o cuidado seja central — Porque cuidamos daquilo que valorizamos.

Referências

Adaptation Fund (2010). Enhancing Resilience of Communities to the Effects of Climate Change through Mountain Ecosystem Rehabilitation, Comoros. Bonn: Adaptation Fund Board; UNDP (Accredited Entity).

Adaptation Fund (2012). Climate Change Adaptation Programme in the Coastal Zone of Mauritius and Seychelles. Bonn: Adaptation Fund Board; UNDP (Accredited Entity).

Adaptation Fund (2015). Climate Adaptation and Resilience for Food Security in Nepal (CARFS). AFB.PPRC.16/11. Bonn: Adaptation Fund Board; WFP (Accredited Entity).

Adaptation Fund (2015). Strengthening Climate Information and Early Warning Systems in the Maldives. Bonn: Adaptation Fund Board; UNEP (Accredited Entity).

Adaptation Fund (2017). Reduction of Vulnerability to Coastal Flooding through Ecosystem-Based Adaptation in the Ciénaga de Zapata Region, Cuba. Bonn: Adaptation Fund Board; UNDP (Accredited Entity).

Adaptation Fund (2021). Annex 4 to the Operational Policies and Guidelines: Gender Policy and Gender Action Plan (updated March 2021). Bonn: Adaptation Fund Board. Available at: Adaptation Fund Operational Policies and Guidelines (accessed 28 October 2025).

Adaptation Fund (2022). Guidance Document for Implementing Entities on Compliance with the Gender Policy. Bonn: Adaptation Fund Board. Available at: Adaptation Fund Gender Guidance (September 2022) (accessed 28 October 2025).

Adaptation Fund (2023). Draft Medium-Term Strategy 2023–2027. Bonn: Adaptation Fund Board.

Adaptation Fund (2024). Gender. Bonn: Adaptation Fund. Available at: Adaptation Fund Knowledge and Learning: Gender Theme (accessed 28 October 2025).

Adaptation Fund (2025). Climate Resilience in Andean–Amazonian Landscapes of Peru: Ecosystem-Based Adaptation and Sustainable Livelihoods. AFB.PPRC.36.Inf.8. Bonn: Adaptation Fund Board; Profonanpe (Accredited Entity).

Adaptation Fund (2025). Environmental and Social Policy (ESP). Bonn: Adaptation Fund Board (latest version as of June 2025).

Asian Infrastructure Investment Bank & UN Women (2025). Financing Care Infrastructure: An Opportunity for Public Development Banks to Pave the Way for Tomorrow's Equality. Available at: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/who-we-are/infrastructure-for-tomorrow/genderinfrastructure/pdf/AIIB-UN-Women-FINANCING-CARE-INFRASTRUCTURE-REPORT-8.pdf>

(accessed 28 October 2025).

Blackberry, I., Boak, J., Barclay, K., & Khalil, H. (2025). What is the care economy? A scoping review on current evidence, challenges, facilitators and future opportunities. *Frontiers in Public Health*, 13, 1540009. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2025.1540009>

CARE International & Stockholm Environment Institute (2024). *Gender and Climate Finance: From Gap to Action*. Nairobi: CARE International / SEI.

Climate and Care Initiative (2024a). *Climate Change and Care Work: Integrated Solutions for Intersecting Crises*. San Francisco & Ottawa: The Asia Foundation; International Development Research Centre (IDRC). Available at: <https://climateandcareinitiative.org> (accessed 4 November 2025).

Climate and Care Initiative (2024b). *The Missing Link: Integrating Care into Climate Policy and Finance*. London: Climate and Care Initiative / WEDO.

Collins, C., Landivar, L. C., Ruppanner, L., & Scarborough, W. J. (2021). COVID-19 and the gender gap in work hours. *Gender, Work & Organization*, 28(S1), 101–112. <https://doi.org/10.1111/gwao.12506>

Collins, C., Ruppanner, L., Landivar, L. C., & Scarborough, W. J. (2021). School reopening plans and parents' employment during the COVID-19 pandemic. *Gender & Society*, 35(2), 180–193. <https://doi.org/10.1177/08912432211001300>

Fourie, J. (2006). Economic infrastructure: A review of definitions, theory and empirics. *South African Journal of Economics*, 74(3), 530–556. <https://doi.org/10.1111/j.1813-6982.2006.00086.x>

Fraser, N. (2016). Contradictions of capital and care. *New Left Review*, 100, 99–117.

Green Climate Fund (2017). *Adaptive Social Protection in Africa: Fostering Resilience Against Climate-Related Shocks*. Concept note, 24 October. Incheon: GCF Secretariat.

Green Climate Fund (2017; active through 2025 reporting) FP008 – *Fiji Urban Water Supply and Wastewater Management Project*. Incheon: GCF; Asian Development Bank (AE). Includes Gender Assessment and Gender Action Plan (6 June 2017) and Annual Performance Report (5 May 2025).

Green Climate Fund (2018). FP061 – *Integrated Physical Adaptation and Community Resilience through an Enhanced Direct Access Pilot in the Public, Private and Civil Society Sectors of Three Eastern Caribbean SIDS*. Incheon: GCF Secretariat.

Green Climate Fund (2019). *Updated Gender Policy and Action Plan 2020–2023*. Decision B.24/12; document GCF/B.24/15. Incheon: GCF Board.

Green Climate Fund (2023). SAP030 – Strengthening Climate Resilience of the Lao People’s Democratic Republic Health System. Incheon: GCF Secretariat. Available at: <https://www.greenclimate.fund/document/strengthening-climate-resilience-of-the-lao-people-s-democratic-republic-pdr-health-system> (accessed 28 October 2025).

Green Climate Fund (2024). Bridging the Climate–Health Gap. Incheon: GCF Secretariat.

Green Climate Fund (2024). FP235 – Mangroves for Climate: Public, Private and Community Partnerships for Mitigation and Adaptation in Ecuador. Incheon: GCF Secretariat.

Green Climate Fund (2024). FP244 – Climate Resilient Health and Well-Being for Rural Communities in Southern Malawi. Approved funding proposal, B.40. Incheon: GCF; Save the Children Australia (Accredited Entity).

Green Climate Fund (2024). FP249 – Strengthening Climate Resilience of Vulnerable Agriculture Livelihoods in Iraq. Incheon: GCF Secretariat.

Green Climate Fund (2025). SAP051 – Increasing Resilience to the Health Risks of Climate Change in the Federated States of Micronesia. Incheon: GCF Secretariat.

Green Climate Fund (2025). Social Protection: Investing in Reform and Resilience. Incheon: GCF Secretariat, 16 October.

Hall, S. M. (2019). *Everyday Life in Austerity: Family, Friends and Intimate Relations*. London: Palgrave Macmillan.

Heinrich Böll Stiftung North America and Gender Action (2021) *More than an Add-On? Evaluating Integration of Gender in Green Climate Fund Projects and Programs*. Washington, DC: Heinrich Böll Stiftung North America / Gender Action.

Indigenous Services Canada (2023). CCHAP Mid-Term Evaluation. Ottawa: Government of Canada.

International Labour Organization (2022). *Care at Work: Investing in Care Leave and Services*. Geneva: ILO. [Tradução oficial em português disponível]

Levy, T., & Palley, E. (2021). Yes, care is infrastructure. *RealClear Policy*. Available at: https://www.realclearpolicy.com/articles/2021/05/11/yes_care_is_infrastructure_776526.html (accessed 28 October 2025).

Li, M., & Laughlin, C. (2024). Care as infrastructure: Rethinking working mothers’ childcare crisis during the COVID-19 pandemic. *Gender, Work & Organization*, 31(6), 2511–2526. <https://doi.org/10.1111/gwao.13107>

Lind, Y. (2021). Childcare infrastructure in the Nordic countries as a way of enabling female labor

market participation. *National Tax Journal*, 74(4), 937–951. <https://doi.org/10.1086/717077>

Organisation for Economic Co-operation and Development (2023). *Climate Finance Provided and Mobilised in 2021*. Paris: OECD.

Oxfam (2022). *The Weight of Water: Gendered Care Burdens in Floods*. Oxford: Oxfam.

Oxfam (2024) *Care as Essential Infrastructure: Definitions and Debates on Care Infrastructure from Kenya, Mexico, Peru, the Philippines, the United States, and Zimbabwe*. Oxfam Discussion Paper, June 2024.

Peters, J. D. (2015). *The Marvelous Clouds: Towards a Philosophy of Elemental Media*. Chicago: University of Chicago Press.

Pinho-Gomes, A. C., et al. (2024). Multilateral funding for health adaptation and the health co-benefits of climate action. *Environment International*. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2024.109172>

Save the Children Australia (2022). *Submission to the Green Climate Fund Strategic Plan Update*. Incheon: Green Climate Fund.

Small, S. F., & van der Meulen Rodgers, Y. (2023). The gendered effects of investing in physical and social infrastructure. *World Development*, 171, 106347. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106347>

Strauss, K. (2020). Labour geography III: Precarity, racial capitalisms and infrastructure. *Progress in Human Geography*, 44(6), 1212–1224. <https://doi.org/10.1177/0309132519895308>

United Nations Environment Programme (2024). *Adaptation Gap Report 2024: Under-Financed, Under-Prepared*. Nairobi: UNEP. [Relatório da Lacuna de Adaptação – tradução oficial disponível]

United Nations Framework Convention on Climate Change (2023a). *Report by the Transitional Committee on the Operationalization of the New Funding Arrangements for Responding to Loss and Damage and the Fund Established in Decisions 2/CP.27 and 2/CMA.4*. FCCC/CP/2023/9; FCCC/PA/CMA/2023/9. Bonn: UNFCCC Secretariat, 28 November.

United Nations Framework Convention on Climate Change (2023b). *Operationalization of the Funding Arrangements for Responding to Loss and Damage and the Fund Established in Paragraph 3 of Decisions 2/CP.27 and 2/CMA.4*. FCCC/CP/2023/L.1; FCCC/PA/CMA/2023/L.1. Bonn: UNFCCC Secretariat, 29 November.

United Nations Framework Convention on Climate Change Transitional Committee (2023). *Cochairs' Draft Text for Scope and Objectives of the Fund (TC5)*. Bonn: UNFCCC Transitional Committee.

UN Women & Organisation for Economic Co-operation and Development (2024). *Gender-Responsive Budgeting for Climate Action: Policy Brief Series*. New York / Paris.

World Health Organization (2024). Sustainable Climate and Health Financing. Geneva: WHO.

World Health Organization (2024b). Building Climate-Resilient Health Systems: Guidance for Health Adaptation Finance. Geneva: WHO.

In collaboration with:

